

1 **ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS,**
3 **REALIZADA DIA SEIS DE FEVEREIRO DE 2014, NA SEDE DA**
4 **SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E**
5 **CIDADANIA-SEMDESC. HORÁRIO:14h45min. QUORUM DE ABERTURA:**
6 Constatada a presença dos conselheiros (as): Maria Martins Silva Gomes
7 (representante da sociedade civil – Associação Natal Justino da Costa); Bárbara
8 Monteiro Couto (representante da sociedade civil – Associação Natal Justino da
9 Costa); Eudes Barbosa da Costa (representante do governo - Gabinete); Neuzira
10 Cardoso Otoni (representante da sociedade civil - Representante dos
11 Psicólogos);Rubia Janaina da Silva Rodrigues (Representatividade da Sociedade
12 Civil – APAE); Gilmar da Silva Lima (representante do governo - SEMDESC);
13 Vanilda Martins de Melo Duarte (representatividade da sociedade civil - Abrigo Frei
14 Anselmo); Otacilia Alves da Rocha (representatividade do governo - SEMED) e
15 Lucidalva Barreto dos Santos (representante da sociedade civil - Núcleo dos
16 Assistentes Sociais). Como convidado, Giovanini de Bosco Rosa Santos. Ainda
17 presentes, Thaís Pereira Souza da Costa e Isabel Aparecida Cruz Randi, técnicas da
18 SEMDESC, Kamilla de Souza Sales e Larissa Carolina Barros Menezes, Assessora
19 Especial e Chefe da Divisão dos Conselhos ligados à Área Social, respectivamente. A
20 presidente Lucidalva iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, procedendo
21 ao primeiro ponto de pauta: "*Relatórios SIM SUAS referente ao mês de*
22 *janeiro/2014*", o qual foi apresentado em forma impressa através do modelo do
23 questionário Estado e modelo do município. A conselheira Lucidalva, questionou
24 acerca do benefício eventual em forma de passagem rodoviária, pois o mesmo não
25 estava sendo concedido. Foi-lhe informado que o benefício voltou a ser concedido,
26 através dos convênios firmados com as empresas de ônibus. Thaís repassou aos
27 conselheiros, o saldo referente ao recurso do PISO MINEIRO, sendo: R\$ 118.364,80
28 (cento e dezoito mil trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos), valor que
29 ainda está sem execução, prevista para compra dos kits dos enxovais referente ao
30 benefício eventual natalidade. Os conselheiros questionaram sobre a demora da
31 prefeitura na compra dos kits, tendo em vista a urgência em regulamentar o presente

32 benefício, para prestação de contas junto ao Estado. Após análise, os conselheiros
33 passaram por deliberação dos relatórios, da seguinte forma: Eudes (aprova); Rubia
34 (aprova); Gilmar (aprova); Lucidalva (aprova); Maria (aprova); Neuzira (aprova);
35 Vanilda (aprova) e Otacília (aprova). Passando ao segundo ponto de pauta "*Audiência*
36 *Pública*", Lucidalva mencionou que a presente audiência foi planejada para
37 acontecer no mês de abril e disse ser importante definir data, local e organização dos
38 trabalhos. Foi sugerido a data do dia vinte e nove de abril, visto o feriado prolongado
39 da semana santa, sendo acatado pelos presentes. Nesse momento a conselheira
40 Elizênia Gomes Camacho (representante da sociedade civil - Ass. Mão Amiga)
41 chegou para fazer parte da reunião. Continuando acerca da audiência, foi sugerido
42 como local para realização do evento, os auditórios da Faculdade INESC e FACTU
43 ou o auditório da Cooperativa CAPUL. Kamilla se propôs a verificar a viabilidade
44 dos locais. Lucidalva lembrou que a participação e presença de todos os
45 conselheiros é primordial para o cumprimento do objetivo da audiência, que é a
46 prestação de contas dos serviços deste CMAS junto a comunidade. Seguindo ao
47 terceiro ponto de pauta "*Relatórios das comissões sobre as visitas*", a presidente
48 passou a palavra para as comissões que irão apresentar os relatórios de visitas. O
49 primeiro relatório apresentado foi da visita realizada ao Centro de Referência
50 Especializado de Assistência Social - Creas, através dos conselheiros Rubia,
51 Lucidalva e Giovanini (conselheiro na época), o qual apontou observações na falha
52 do atendimento da proteção social especial do município que acarreta no rompimento
53 de vínculos demandando acolhimento institucional. Foi mencionado a falta de
54 profissionais para realização de atendimento as demandas que têm crescido,
55 principalmente por parte do ministério público. A falta de veículo para apuração de
56 denúncias, acompanhamento de casos, atendimentos *in loco*, etc. Lucidalva apontou
57 ainda que outra problemática é acerca da atuação do Conselho Tutelar, a partir de
58 intervenções equivocadas e falta de preparo das conselheiras eleitas. Propôs diálogo
59 entre conselhos em busca da modificação da lei municipal da política de direitos da
60 criança e do adolescente, a partir de inovações e de seleção mais criteriosas quando
61 da candidatura dos membros do conselho tutelar. Isabel explicou que a alteração da
62 lei se faz urgente, porém, que há que envolver o poder judiciário, tendo em vista a

63 existência de processos judiciais abertos em outras eleições, quando da não
64 aprovação de candidaturas que não apresentaram experiência comprovada na área da
65 criança e do adolescente. Disse que a juíza da época entendeu que a lei municipal
66 estava extrapolando em exigências frente a lei nacional - Estatuto da Criança e do
67 Adolescente. Foi sugerida agendar reunião conjunta junto ao CMDCA. Seguindo a
68 leitura dos relatórios, passou-se ao relatório da vista do Cras Polo 3. Apontando ainda
69 dificuldades na localização do equipamento e na falta de profissionais, o que acarreta
70 na fragilidade do trabalho preventivo. Leu-se ainda o relatório da vista realizada no
71 Abrigo Frei Anselmo, o qual oferta serviço de acolhimento institucional em
72 instituição de longa permanência para idosos ILPI. Apontou o serviço de excelência e
73 relevância e a auto-sustentabilidade da entidade. O secretário e conselheiro Gilmar
74 Lima ausentou-se da reunião, justificando ter que comparecer em mais duas reuniões
75 agendadas para essa tarde. Após análise dos relatórios, os conselheiros passaram por
76 deliberação dos mesmos, da seguinte forma: Eudes (aprova); Rubia (aprova);
77 Lucidalva (aprova); Maria (aprova); Neuzira (aprova); Vanilda (aprova) e Otacília
78 (aprova). Seguindo ao quarto ponto de pauta " *Relatório Bimestral de*
79 *Acompanhamento da PCH Unaí Baixo*" a presidente realizou a leitura do ofício que
80 encaminha o relatório referente a novembro de 2013 a janeiro de 2014. Lucidalva
81 lembrou que o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS-MG ainda não
82 apresentou seu posicionamento frente ao relatório encaminhado por este CMAS
83 acerca do não cumprimento de ações aprovadas no PAS. Disse ainda que o presente
84 relatório será avaliado pela Comissão Temporária de acompanhamento das PCHs,
85 composta atualmente pelos conselheiros: Lucidalva, Neuzira, Alda e Eudes. Como
86 "*Informes Gerais*" foi lido o ofício circular externo
87 MDS/SNASDEFNAS/CGEOF/Nº92/2013 acerca das transferências do FNAS ao
88 FMAS. A conselheira Alda disse estar preocupada com a execução do recurso vindo
89 para operacionalização do Cadúnico de Programas Social, especificamente o IGD-
90 PBF, o qual não está sendo acompanhado por este conselho e nenhum outro. Disse
91 que é essencial o acompanhamento e a aprovação do planejamento de gastos, visto
92 ser de função deste conselho a aprovação dos gastos financeiros referente a este
93 recurso. Thaís reafirmou a fala da presente conselheira, expondo que anteriormente

94 havia o Conselho Gestor do PBF e que este está há três anos inativo, não havendo
95 nenhum acompanhando dessas ações e prioridades. Assim, Thaís solicitou ao
96 conselho para apresentação do Plano de aplicação do IGD-SUAS 2014-2017, o
97 qual será incorporado ao Plano Plurianual de Assistência Social. O qual foi repassado
98 ao presentes, apontando prioridades dentro da Proteção Social Básica - PSB, Proteção
99 Social Especial - PSE e reservando três por cento ao Controle Social. A primeira
100 prioridade elencada seria a compra de três veículos para uso exclusivo da PSB. Após
101 análise do Plano de Aplicação 2014-2017, os conselheiros passaram por deliberação
102 do mesmo, da seguinte forma: Eudes (aprova); Rubia (aprova); Lucidalva (aprova);
103 Maria (aprova); Neuzira (aprova); Vanilda (aprova) e Otacília (aprova). Giovanini
104 pediu o espaço para realizar denúncia acerca de edital de contratação de pessoal ao
105 Cadúnico, sendo ofertado uma vaga. Disse que a vaga já está sendo preenchida sem
106 cumprimento do edital. Thaís lembrou que o conselho deve atentar-se para o uso do
107 recurso do IGD-PBF, pois a presente contratação poderá estar contando com o uso
108 deste recurso. Assim, a comissão de fiscalização e monitoramento agendou visita ao
109 Cadúnico para o dia dez de fevereiro, segunda-feira, às 13h30min. Alda comentou
110 que soube de maneira informal que já foi definida as vagas do concurso público,
111 tendo sido repassado quatro vagas para psicólogos, doze para assistentes sociais e
112 cinco para pedagogos. Disse que considerou poucas vagas para psicólogos frente a
113 grande demanda apresentada. Giovanini sugeriu que o conselho solicite analisar o
114 edital antes de sua divulgação e homologação. Desse modo, a presidente Lucidalva
115 Barreto dos Santos encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, e eu, Thaís
116 Pereira Souza da Costa, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os
117 presentes. **ENCERRAMENTO:16h16min.**